

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Mulheres no direito

O Supremo Tribunal Federal (STF) lançou a publicação *Mulheres no Direito Constitucional: uma bibliografia*, com a finalidade de mostrar a contribuição feminina nos estudos do direito constitucional. “A exclusão feminina também se manifesta na academia, de modo que trazer visibilidade às produções acadêmicas e doutrinárias de mulheres é medida necessária para a superação desse quadro de persistente desigualdade”, escreveu o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, no prefácio da obra.

Felipe Sampaio /SCO/STF



Voz de torcedor

Botafoguense de coração, o ministro do STF Flávio Dino é um dos muitos torcedores que ficaram satisfeitos com o desempenho da Seleção sob novo comando. Dino se arriscou como comentarista, e não faltaram críticas ao juiz da partida contra a Espanha. “Brasil melhorou muito nos últimos dois jogos. Aparentemente o novo técnico, Dorival Júnior, tem um bom caminho pela frente. O resultado de hoje foi atrapalhado pela evidente anomalia da arbitragem”, disse.

Formação

A RenovaBR está empenhada em aproximar seus alunos — é assim que são chamados os postulantes à carreira política — com a máquina partidária. Na semana passada, a escola de formação política promoveu um encontro entre 11 partidos e 600 pré-candidatos às eleições municipais deste ano. Em 2020, mais de 150 formados pela RenovaBR conquistaram cargos em prefeituras e assembleias legislativas. Um novo encontro está programado para 3 de abril.

A fotografia dos Três Poderes

Chama a atenção a percepção da sociedade sobre os três Poderes da República, considerando as pesquisas de opinião divulgadas nas últimas semanas. Enquanto o Executivo enfrenta uma queda de popularidade, o Judiciário e o Legislativo tiveram uma recuperação de imagem com o cidadão brasileiro. A primeira leitura que se faz é que o governo, utilizando as palavras do presidente Lula, está muito aquém da expectativa. A economia tem mostrado sinais positivos, mas inflação, saúde e segurança pública ainda são questões delicadas neste terceiro mandato do presidente.

No Legislativo, os dados positivos mostrados pelo Instituto Datafolha são vistos como um

reconhecimento ao trabalho dos parlamentares. Para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, “O Congresso vem trabalhando com muito vigor para entregar à sociedade pautas necessárias ao desenvolvimento do Brasil”, citando como exemplo a reforma tributária.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal, o Datafolha constatou que a aprovação é maior entre petistas do que entre bolsonaristas. Percebe-se, pois, que o posicionamento político interfere na visão sobre o papel do Judiciário. Independentemente da politização, contudo, é inegável a importância da atuação do Judiciário para garantir a lisura das últimas eleições e a reação contra os odiosos ataques às instituições democráticas em 8 de janeiro.



Sinal verde

O vice-presidente Geraldo Alckmin está alinhado com a Frente Parlamentar do Biodiesel para acelerar a aprovação, no Senado, do projeto de lei referente ao Combustível do Futuro. “É um belíssimo projeto. Agora é aprovar rapidamente no Senado”, disse Alckmin, em seminário promovido em Brasília pela Frente Parlamentar.

Transição energética

O projeto Combustível do Futuro recebeu 429 votos favoráveis na Câmara. No Senado, a relatoria está com o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Além de estabelecer políticas de incentivo a biocombustíveis, o projeto de lei aumenta os limites de mistura de etanol e biodiesel a combustíveis fósseis, como gasolina e diesel.

Sangue latino

O governo da Venezuela, cada vez menos estrangido em cometer atos ditatoriais, corta o fornecimento de energia à embaixada da Argentina em Caracas, em represália a opositores de Maduro. Na Casa Rosada, Javier Milei chama o presidente Gustavo Petro de “assassino terrorista”. Em resposta, o governo de Bogotá expulsou todo o corpo diplomático argentino. A polarização na América Latina continua com toda força, em risco permanente para a democracia. Passou da hora de o Brasil, líder regional, atuar em favor da pacificação.



CASO MARIELLE

Removidos por segurança

Acusados de mandarem matar vereadora, Domingos e Chiquinho Brazão trocam Brasília por Campo Grande e Porto Velho

» RENATO SOUZA
» EVANDRO ÉBOLI

Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, apontados de serem os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018, foram transferidos, ontem, da Penitenciária Federal de Brasília — apenas o delegado Rivaldo Barbosa, acusado de ser o responsável por planejar os homicídios, continuará na capital federal. Domingos, que é conselheiro do Tribunal de Contas (TCE) do Rio de Janeiro, seguiu para Campo Grande, enquanto o deputado federal Chiquinho foi removido para Porto Velho.

Os três foram presos no domingo, na operação da Polícia Federal (PF) que cumpriu mandado de prisão preventiva expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal — decisão confirmada pela 1ª Turma do STF. A transferência

de Domingos e Chiquinho deve-se por medidas de segurança e já era prevista. A avaliação de investigadores é de que a manutenção dos três na mesma unidade prisional poderia gerar riscos.

Paralelamente às remoções, começou a tramitar no Conselho de Ética da Câmara o processo que pede a cassação do mandato de Chiquinho por quebra de decoro parlamentar. O PSol é o autor da representação, assinada pela presidente da legenda, Paula Coradi.

“Necessidade”

Na peça, o partido de Marielle argumenta que a cassação de Chiquinho é uma necessidade. “A cada dia que o representado continua como deputado federal, é mais um dia de mácula e de mancha na história desta Câmara. Sua cassação é impositiva para evitar que utilize do cargo para obstruir a Justiça, impedindo, assim, o cometimento de outros crimes”, diz o pedido.

Polícia Federal/Divulgação



Transferência de Domingos e de Chiquinho estava planejada desde o momento em que chegaram a Brasília

O PSol entende que há provas suficientes do envolvimento do deputado no assassinato e diz que Chiquinho desonrou

o cargo para o qual foi eleito. “É preciso dizer de forma incontestada: o deputado federal Chiquinho Brazão é apontado

como autor intelectual da morte da vereadora Marielle Franco. Para além disso, há a investigação dos crimes de

organização criminosa e obstrução de justiça”, assinala outro trecho da representação.

O presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto (União-BA), anunciou que o caso será instalado na próxima sessão do colegiado, que só deve ocorrer em 10 de abril. Oficialmente aberto, será escolhido o relator do processo e começará a correr os prazos.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), anteontem, deputados da centro-direita pediram vista da homologação da decisão da prisão preventiva de Chiquinho. Esse procedimento retarda a votação e o caso só deve ser votado em 10 de abril.

O advogado do deputado, Cleber Lopes de Oliveira, argumentou que seu cliente não deveria estar preso porque o crime ocorreu quando era vereador pela cidade do Rio de Janeiro. Chiquinho também foi ouvido na sessão da CCJ, por videoconferência, e garantiu que tinha “ótimo relacionamento” com Marielle.

EMBAIXADA HÚNGARA

Bolsonaro nega que foi pedir asilo

Em resposta ao Supremo Tribunal Federal, Jair Bolsonaro negou que tenha passado dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília, com o objetivo de pedir asilo político. Ele precisou se explicar por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do

STF, relator do inquérito que investiga uma tentativa de golpe de Estado pelo ex-presidente.

No documento, Bolsonaro afirmou que foi à representação diplomática para tratar de “assuntos estratégicos de política internacional de interesse do

setor conservador”. A estadia no prédio ocorreu durante o carnaval e dois dias depois de ele ter sido alvo de um mandado de busca e apreensão do passaporte, por conta de investigações da PF sobre a organização de um golpe de Estado.

“O petionário (Bolsonaro) mantém a agenda política com o governo da Hungria, com quem tem notório alinhamento, razão porque sempre manteve interlocução próxima com as autoridades daquele país, tratando de assuntos estratégicos de política internacional de interesse do setor conservador”, salienta o documento remetido pelos advogados de

Bolsonaro ao STF.

Alexandre de Moraes, por sua vez, enviou a manifestação da defesa do ex-presidente à Procuradoria-Geral da República (PGR), que deve emitir parecer em até cinco dias. Após isso, o ministro decide se impõe novas medidas cautelares — como o uso de tornozeleira eletrônica ou, na hipótese mais grave, a prisão.

Os advogados de Bolsonaro afirmam que ele não tem motivos para se refugiar na embaixada húngara. “Diante da ausência de preocupação com a prisão preventiva, é lógico sugerir que a visita do petionário à embaixada de um país estrangeiro fosse um pedido de asilo ou uma tentativa de fuga”, salienta o documento remetido ao STF. (RS)